



Assembleia de Freguesia da Madalena

VILA NOVA DE GAIA

Décima Terceira Reunião - Quadriénio de 2021 – 2025

ATA N.º 13

Aos dez dias do mês de abril do ano dois mil e vinte e quatro, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, reuniu a Assembleia de Freguesia em sessão ordinária, no Auditório da Junta de Freguesia da Vila da Madalena, sito na Rua António Francisco de Sousa número quatrocentos e noventa e um, da Vila da Madalena, presidida pelo Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia, Sr. Jaime Filipe, e secretariado pela D. Ana Maria Pinto de Sousa, Primeira Secretária, e pelo Sr. Rui Oliveira, Segundo Secretário. _____

A Assembleia de Freguesia tinha a seguinte composição: em representação da CDU, Ângela Moreira; em representação do Unidos pela Madalena, Eduardo Loureiro e Joaquim Gomes; em representação do PSD, António Domingos Barbosa, Mário Duarte e Joaquim Sousa em substituição de Manuela Santos; em representação do PS, Jaime Filipe, Ana Maria Sousa, Bruno Oliveira, Rui Oliveira, Fernanda Almeida, Cristiana Pereira e Adelaide Santos, em substituição de Cláudia Vilas Boas. _____

Estiveram também presentes o Sr. Presidente da Junta de Freguesia, Miguel Almeida, e os membros do executivo, Juliana Rangel, Júlia Rodrigues e Adriano Gandra. _____

A Assembleia tinha a seguinte ordem de trabalhos:

1. Período de intervenção do público.
2. Período antes da ordem do dia.
3. Período da ordem do dia:
 - 3.1. Leitura, análise e votação das atas das sessões anteriores;
 - 3.2. Discussão e Votação do "Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre o Município de Vila Nova de Gaia e a Junta de Freguesia da Madalena — Apoio na Carência Económica e Emergência Social. "
 - 3.3. Análise, discussão e votação da proposta do Executivo para contratação de empréstimo de curto prazo ou abertura de crédito de acordo com o disposto no n.º 1, art.º 55 da Lei 73/2013 de 03 de setembro — novas condições;
 - 3.4. Discussão do Relatório de avaliação do cumprimento do Estatuto do Direito da Oposição relativo ao ano 2023;
 - 3.5. Discussão e votação da prestação de contas relativas ao exercício do ano 2023;
 - 3.6. Discussão e votação da proposta da 1.ª Revisão Orçamental 2024;
 - 3.7. Inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais;
 - 3.8. Informação escrita do Presidente da Junta de Freguesia (dez. 2023 a abr. 2024) e Situação financeira;
4. Segundo período de intervenção do público.

223



Assembleia de Freguesia da Madalena

VILA NOVA DE GAIA

Handwritten signatures and initials in blue ink.

Verificadas as presenças e a substituição dos elementos ausentes, certificou-se a existência de quórum para que a reunião ocorresse. Depois de cumprimentar os elementos da Assembleia de Freguesia, os elementos do Executivo e o público presente, o Sr. Presidente da Assembleia, Jaime Filipe, antes de dar início à reunião, solicitou aos presentes a devida autorização aos membros das bancadas para nomear o Sr. Rui Oliveira para segundo secretário, tendo esta anuído. _____

Em seguida, e relembrando a convalescença do Sr. Vítor Rocha, deixou, uma vez mais, os seus votos de rápidas melhoras. _____

Antes de dar início à ordem de trabalhos propriamente dita, o Presidente da Assembleia referiu que foi enviada, aos membros da Assembleia, e em tempo oportuno, toda a documentação subjacente à presente sessão ordinária. Acrescentou que foram necessárias retificações pontuais em alguns documentos, não obstante, os mesmos seguiram com 48 horas de antecedência a esta reunião. Em seguida, e referindo-se às atividades realizadas no primeiro trimestre, o Presidente saudou, uma vez mais, a resposta do Executivo às cerca de 480 cartas ao Pai Natal, o que considerou ser um número impressionante. Mencionou também a grande adesão à exposição de pintura dos alunos da Academia Sénior do Orfeão da Madalena, apresentada no primeiro piso da Casa das Tílias. No que se refere às bibliotecas de jardim públicas, e apesar de se constatar que estas são do agrado dos utentes, manifestou o seu pesar pelos atos de vandalismo que têm sido acometidos e que danificam essas estruturas, obrigando o Executivo a proceder a reparações constantes. Em seguida, lembrou a reunião pública levada a cabo no presente auditório, acerca dos transportes UNIR, que contou com a participação de muitos fregueses da Madalena e onde foram debatidos bastantes pontos de interesse referentes a este assunto. Acrescentou que foram dinamizadas 4 reuniões, desde 29 de setembro, que serviram o propósito de programar as comemorações dos 50 anos de 25 de Abril. Dessas reuniões saíram contributos muito valiosos de todas as bancadas, que se mostraram muito participativas, e que contribuíram para a elaboração do plano, que será executado conforme as disponibilidades de tempo, de espaço e do Executivo. Neste âmbito referiu o evento realizado no passado sábado, dia 6, que assinalou o início dessas atividades, no espaço da Junta da Freguesia, e que contou com a participação da Fanfara da Juventude da Madalena, com a exposição dos trabalhos dos alunos das escolas e também dos cravos alusivos à celebração, envolvendo todas as instituições da Madalena. Acrescentou que, como é do conhecimento geral, o plano está já a ser divulgado nas redes sociais, pelo que

224



Assembleia de Freguesia da Madalena

VILA NOVA DE GAIA

seria de todo o interesse que acompanhassem o seu desenvolvimento, lembrando que estas iniciativas estão sempre sujeitas a algumas alterações, podendo todos contar com a informação atempada, por parte do Executivo, se tal for o caso. Neste âmbito referiu, ainda, que no dia seguinte irá ser dinamizada uma sessão evocativa do 25 de Abril, no Orfeão da Madalena, às 21 horas, promovida pela Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia. Já no dia 12 de abril acontecerá a inauguração do mural do Apeadeiro e do Jardim de Tavares Bastos. No dia 19, e da iniciativa da CDU, que o Presidente da Assembleia aplaudiu, decorrerá um encontro, no auditório da junta de freguesia, pelas 19 horas, do Movimento Democrático das Mulheres, onde se debaterá sobre as condições das mulheres antes e depois do 25 de Abril. Deixou, portanto, o apelo à participação de todos. Já no dia 20, sábado, está previsto um concerto, também integrado nas comemorações do 25 de Abril, no Orfeão da Madalena, pelo Coral Sénior do Orfeão da Madalena. No dia 24, às 21 horas, no Orfeão da Madalena, decorrerá a sessão solene, onde os membros da Assembleia terão oportunidade de exercer da palavra e dar o seu testemunho sobre o 25 de Abril e os 50 anos. O hastear da bandeira foi programado para o dia 25, às 8h30, com a colaboração da Fanfarra. Posteriormente, pelas 10 horas, serão levadas a cabo as Corridas da Liberdade, no Largo da Costa. A encerrar o programa, está previsto para domingo, dia 28, às 17 horas, a inauguração do Monumento ao Combatente, sito na Avenida Gonçalo Ribeiro Telles.

Terminou esta intervenção lembrando os presentes de que a Freguesia realiza as denominadas reuniões públicas, que se encontram divulgadas em convocatórias em toda a Freguesia, e que acontecem nas últimas segundas-feiras de cada mês. Assim, foi realizada uma no dia 29 de janeiro, na qual o Sr. Presidente da Assembleia marcou presença, outra a 26 de fevereiro e 25 de março, tendo esta sido a última reunião pública até ao momento. Salientou a relevância da sua concretização e o facto de poucas pessoas comparecerem nas referidas reuniões, o que, no seu entender, é de lamentar, já que são reuniões importantes, onde o Presidente do Executivo dá as respostas possíveis e assegura transmitir as restantes o mais brevemente possível. As próximas estão agendadas para os dias 29 de abril, 27 de maio e 25 de junho, sendo que esta informação se encontra divulgada em vários locais da Freguesia da Madalena. Concluiu apelando à divulgação na comunidade e ao envolvimento e participação de todos.

Terminada esta intervenção e dando início à ordem de trabalhos propriamente dita, o Presidente da Assembleia reiterou o seu apelo ao sentido de elevação do discurso e da



Assembleia de Freguesia da Madalena

VILA NOVA DE GAIA

postura de todos os participantes, sem exceção, lembrando que os discursos podem ser aguerridos, sem envolverem insultos, desconsiderações, devendo todos participar com calma, sem levantar a voz e respeitando as outras partes. _____

Deu, então, início ao ponto um:

1. Período de intervenção do público. _____

Não havendo inscrições da população, passou-se ao segundo ponto da ordem de trabalhos.

2. Período antes da ordem do dia. _____

Após a devida autorização, interveio a representante da CDU, Ângela Moreira, que cumprimentou os presentes e passou a ler uma moção sobre o 50.º Aniversário da Revolução de Abril. Terminada a leitura, dirigiu-se aos presentes para salientar e agradecer a presença de um jovem na Assembleia, enaltecendo a pessoa que o levou a estar presente, de forma que possa sentir e saber o que são a consciência social e a consciência política, tão importantes para a liberdade e para a construção de um futuro melhor. _____

Terminou colocando duas questões. A primeira visou os lavadouros da Costa e do Passadouro, tendo a representante da CDU questionado sobre se os mesmos eram, ou não, propriedade da Junta de Freguesia. Em seguida, e em representação de uma preocupação dos moradores, solicitou esclarecimento sobre se os mesmos seriam sujeitos a obras, tal como o indiciavam alguns vestígios de materiais, ou se seriam fechados, o que, nesse caso, seria um disparate. Da sua parte, referiu ter dito aos moradores que lhes colocaram as dúvidas referentes a este assunto, de que certamente o objetivo seriam as obras. A sua segunda questão pretendeu o esclarecimento sobre em quem recai a responsabilidade da requalificação da rede viária, nomeadamente, da Rua da Escola do Maninho e da Rua António Francisco de Sousa, na Câmara de Gaia, na Junta de Freguesia ou na Infraestruturas de Portugal, já que as obras que estão a decorrer estão a causar grandes distúrbios, pelo que é necessário saber se há previsão para o fim da obra. _____

Agradecendo as informações e a entrega da moção por parte da CDU, o Presidente da Assembleia passou a palavra ao Unidos pela Madalena. _____



Assembleia de Freguesia da Madalena

VILA NOVA DE GAIA

Assim, tomou a palavra Eduardo Loureiro, que cumprimentou os presentes e reiterou uma preocupação antiga, abordada já em abril de 2022, referente à falta de iluminação no Beco do Rego da Água, e que tendo obtido resposta, na altura, de que seria tratada e intervencionada assim que possível, o referido local continua sem qualquer ponto de iluminação. Acrescentou que se trata de um lugar por onde muita gente passa, muita dela sem capacidade de defesa, sendo que a situação de insegurança se agrava no inverno, pelo facto de escurecer mais cedo. Reconheceu, no entanto, acreditar que não se tratará de incúria ou desleixo no atender das sugestões do Unidos pela Madalena, já que se congratulam do facto de o Executivo atender às solicitações/sugestões apresentadas, nomeadamente no referente à última intervenção de colocação do espelho na Rua de Borelas, que tem minimizado os transtornos daqueles que por lá conduzem viaturas. Referiu, em seguida, que continuam a passar camiões de grande envergadura, entre o Rego da Água e a Zona Industrial, causando danos aos que lá vivem, como é o seu caso, que já perdeu por três vezes a caleira, e que não tenciona, desta vez, a repor antes das chuvas. Presumem que tal situação se deve ao facto de as indicações para que essas viaturas se acerquem da zona industrial ainda não estejam convenientemente visíveis. Por outro lado, salientou que constatou com muito agrado, numa das visitas a alguns locais da Freguesia, referindo-se em especial à zona que envolve a ribeira e que tem a sua foz junto ao Marbello, a que apelidou de cartão-de-visita da Freguesia, a colocação de bancos, em pontos estratégicos, misturados com a vegetação e em sítios de sombra, para que as pessoas possam usufruir de algum descanso. Acrescentou que, provavelmente, acontecerá aos bancos o que aconteceu com as bibliotecas de jardim, no entanto, reiterou o seu agrado com esta ação. Concluiu referindo a satisfação do Unidos pela Madalena pela forma como, todas as bancadas, durante os dois anos de mandato, têm pugnado pelos interesses com que se comprometeram a atender e a serem porta-vozes dos fregueses da Madalena, sendo esta mensagem extensível à CDU, ao PSD e ao PS, considerando que, dentro das diferenças que mantêm entre si, têm dado um bom exemplo de cidadania, o que o apraz bastante.

Agradecendo as palavras de Eduardo Loureiro, o Presidente da Assembleia passou a palavra ao PSD, na pessoa de Domingos Barbosa, que cumprimentou os presentes. Em seguida, deu início à sua intervenção, referindo que agradecia o convite que recebeu para estar presente numa sessão de esclarecimento sobre as atividades do Gabinete de Ação

227



Assembleia de Freguesia da Madalena

VILA NOVA DE GAIA

Social, e manifestou o seu sincero reconhecimento pelo bom trabalho que verificou estarem a fazer e pelos protocolos que mantêm que, no seu entender, se constituem, de facto, como uma grande valia para a Freguesia da Madalena. Neste âmbito das benfeitorias, propôs-se levar à presente Assembleia duas propostas de recomendação, sendo que uma delas já havia sido feita, e que, no presente momento, passam a escrito. Assim, em primeiro lugar, referiu-se à continuidade da VL3, projetada há vários anos e agora iniciada com a avenida Gonçalo Ribeiro Teles, que se repercutiu em benefício para a Freguesia, mas cujo empreendimento trouxe, também, alguns contratempos. Assim, mencionou em primeiro lugar, o facto de os semáforos em funcionamento criarem um enorme constrangimento no tráfego, fator que levou à sua desativação, passando a funcionar apenas de forma intermitente. Em segundo lugar, referiu o problema criado no cruzamento da Cabine, entre a Rua de António Francisco de Sousa e a Rua do Crasto, por não existir ali grande visibilidade, criou-se um risco enorme de acidentes, que já tendo acontecido, embora não de natureza grave até ao momento, considerou que é potencialmente propenso a acidentes mais graves. Neste sentido, e admitindo que a conclusão dessa via só se verificará num futuro ainda distante, o grupo de representantes do PSD na Assembleia de Freguesia da Madalena propôs que, no referido cruzamento da Cabine, seja feita uma rotunda a permanecer até à sua conclusão, solicitando à presente Assembleia que se digne aprovar a proposta apresentada, para que esta seja enviada à Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia. _____

Seguidamente, colocou a segunda proposta de recomendação e que se prende com as alterações de trânsito na Freguesia, geradas pela construção da nova Avenida Gonçalo Ribeiro Telles, nomeadamente, na Rua António Francisco Sousa, que passou a ser de um só sentido, o que levou a um aumento de tráfego na Rua de Bocas. Neste sentido, e com o objetivo de mitigar este problema, o grupo de representantes do PSD da Assembleia de Freguesia da Madalena propôs que, no entroncamento da Rua de Bocas com a Rua António Francisco Sousa, a chamada “barriga” do passeio do lado direito, e que ocupa parte da via pública junto à paragem dos autocarros, seja eliminada, de maneira que este local fique alinhado com o passeio. Esta ação tem em vista facilitar a manobra das viaturas que vêm da Rua de Bocas e virem para a direita, com especial destaque para os autocarros. Consideram ser este um momento oportuno para essa intervenção, já que a via se encontra em obras. Neste âmbito, solicitaram à Assembleia que se digne aprovar a sua proposta, e que, no caso de ser aprovada, seja enviada à Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia. _



Assembleia de Freguesia da Madalena

VILA NOVA DE GAIA

Terminada a intervenção, foi dada a palavra à bancada do PS, que teceu algumas considerações sobre o que foi anteriormente apresentado pelas restantes bancadas. Neste âmbito, referiu que a bancada do PS votaria favoravelmente a moção apresentada pela CDU, já que se revia no texto apresentado. Relativamente às propostas de recomendação apresentadas pelo PSD, considerou o líder da bancada do PS a necessidade de as comentar de forma separada. Assim, no que se refere à denominada “barriga”, no entroncamento entre a Rua de Bocas e a Rua de António Francisco de Sousa, referiu não terem qualquer problema em votá-la favoravelmente, salvo o facto de já ter sido apresentada essa mesma sugestão, junto do Executivo Camarário, por parte do Executivo da Junta de Freguesia. Quanto à segunda proposta de recomendação, alusiva à criação de uma rotunda na Cabine, referiu entender a questão relacionada com um eventual acidente, não obstante, salientou que, na verdade, a situação se reportava a uma questão de civismo da parte de quem por ali circula, já que não há falta de sinalização e esta é para ser respeitada. Acrescentou que não será de se fazer qualquer espécie de fiscalização e sim, talvez, equacionar uma ação preventiva, reforçando que uma rotunda não irá resolver qualquer problema naquela zona. Salientou que é da responsabilidade dos condutores que ali circulam respeitarem a sinalização, sendo que a falta de visibilidade afeta apenas uma parte residual do tráfego circulante. Neste sentido, concluiu que a bancada não votará a favor dessa proposta. _____

Terminada a intervenção da bancada do PS, foi dada a palavra ao Presidente do Executivo, Miguel Almeida, que tendo saudado todos os presentes, deu as boas-vindas ao jovem Martin, presente na Assembleia. Em seguida, e começando pela proposta da CDU, relembrou que a Freguesia tem quatro lavadouros e confirmou a informação de que estes seriam fechados, de facto, mas apenas a quem não interessa, já que os referidos espaços estão a ser usados indevidamente, por pessoas que vão para lá durante a noite, fazer barulho e ter outros comportamentos indevidos, pelo que têm surgido muitas queixas dos moradores à volta. Neste sentido, a Junta optou por requalificar esses espaços, fechando-os à chave, para que sejam apenas usados por quem quer lavar a roupa. Salientou que, infelizmente, esta situação tem sido recorrente em muitas outras freguesias. No que concerne à rede viária, esclareceu que a responsabilidade é de quem tem competência e esta, como em todas as intervenções anteriores e nas que se seguirão, pertence à Câmara Municipal. Quanto ao término da obra, referiu que o prazo da mesma são sessenta dias. No entanto, lembrou que as condições climáticas têm condicionado o desenvolvimento dos trabalhos, impossibilitando o alcatroamento por fases. Não obstante, informou que,



Assembleia de Freguesia da Madalena

VILA NOVA DE GAIA

verificando-se uma melhoria das condições meteorológicas nos próximos dias, se equaciona o início do alcatroamento a partir da próxima quinta-feira. Deixou o alerta, embora venha a ser feita uma comunicação pelo Executivo nas redes sociais da Junta de Freguesia, de que os constrangimentos de circulação na Rua António Francisco de Sousa vão piorar, porque vai começar a intervenção de Bocas até à Rua António Francisco de Sousa, com dificuldades na Rua do Orfeão. Apesar dos constrangimentos causados, que espera serem breves, considerou que os madalenenses devem ficar contentes pelos benefícios advindos de ruas melhoradas.

Seguidamente, e agradecendo as palavras de Eduardo Loureiro, referiu que nem sempre as respostas às solicitações são tão céleres como se desejaria. No que se refere ao espelho, considerou que fora um acaso de sorte terem obtido uma resposta quase imediata. Já no que toca à iluminação, concordando com o facto de que se torna perigoso para quem circula por esse e outros pontos a necessitar de intervenção do ponto de vista da iluminação, já não têm tido tanta sorte, apesar das solicitações do Executivo e da insistência da sua parte, na resolução desse problema em particular. Não obstante, garantiu que a Junta de Freguesia pouco pode fazer, a não ser continuar a insistir, para que o problema indicado seja resolvido. Quanto à passagem de pesados, admitiu que há, de facto, ali uma dificuldade, não sabendo identificar se os condutores vão enganados pelo GPS, mas reconheceu que tem havido problemas em várias casas no local. Dirigindo-se à intervenção do PSD, agradeceu as palavras de Domingos Barbosa e salientou que não foram insensíveis às mesmas, nem o são quanto às propostas apresentadas. Não obstante, manifestou a sua discordância no que se refere ao apelidar do corte da “barriga” como uma intervenção pequenina, lembrando que, uma obra pública, nunca é uma obra pequenina, já que nunca se trata de coisas fáceis e rápidas. No entanto, reiterou que o pedido já foi feito, sendo que a reivindicação já se encontra na Câmara de Gaia há algum tempo, pelo que a proposta poderá surgir como um reforço da pretensão. No que se refere à VL3 e ao cruzamento da Cabine, referiu que o trânsito no sentido Junta - praia é quase inexistente, sendo que só os que saem da Junta nesse sentido é que sairão por ali. Neste sentido, não lhe parece tão urgente que os semáforos do cruzamento estejam a funcionar, apesar de reconhecer que chegar de repente a um lugar com quatro vias de cada lado, inspira alguns cuidados. Reforçou, no entanto, que duas dessas vias, do lado esquerdo, estão praticamente sempre desertas, o que facilita bastante esse cruzamento, embora não deixe de inspirar cuidados a quem por lá circula. No que se refere à rotunda, informou



Assembleia de Freguesia da Madalena

VILA NOVA DE GAIA

que a questão foi, por diversas vezes, abordada e a decisão de não colocar ali uma rotunda prendeu-se com explicações técnicas, relacionadas com a geografia e inclinação do terreno, que traria dificuldades, podendo constituir-se como um perigo, na condução e manobra de carros grandes como o são os camiões e os autocarros. Neste momento, é inviável equacionar-se a criação de uma rotunda naquela zona. Terminou referindo que mantém a esperança, até porque já alguém lhe terá dito qualquer coisa sobre o assunto, de que a continuidade da VL3 esteja para breve. _____

Terminado o primeiro período de intervenção do público e dos esclarecimentos prestados pelo Presidente do Executivo, passou-se à votação das moções apresentadas. Assim, a moção apresentada pela CDU foi aprovada por unanimidade. A proposta de recomendação de redução da “barriga” do passeio, apresentada pelo PSD, foi aprovada por unanimidade. A segunda proposta de recomendação do PSD de construção de uma rotunda, na interseção entre a VL3 e a Cabine, foi rejeitada com 7 contra do PS e 6 votos a favor, do PSD, do Unidos pela Madalena e da CDU. _____

Seguidamente foi dada a palavra a Eduardo Loureiro, que a solicitou. Tendo começado por esclarecer que não pretende, com a sua intervenção, manifestar uma atitude corretiva, mas apenas expressar um sentimento e explicar que, no seu entendimento, não faz sentido uma declaração de voto, antes de votar, já que a declaração de voto depende do decorrer da assembleia e do que nela se desenvolver, podendo até a mesma modificar, apesar de pouco provável, dada a standardização do uso de voto. Referiu, ainda, que para ficar de boa consciência e no que concerne à proposta apresentada e rejeitada, não sendo também ele engenheiro, mas sendo condutor e peão, portanto um cidadão com toda uma experiência de vida de andar na estrada, nas duas qualidades, e tendo entendido, pela proposta apresentada, de que existem rotundas que não têm de ser necessariamente fixas, salientou ter sido esse o aspeto que levou o Unidos pela Madalena a votar favoravelmente, já que entende que estas são colocadas no sentido de proteger ou de minimizar constrangimentos. Neste sentido, a quem vem de Nascente para Poente, utilizando a Rua António Francisco de Sousa até àquele cruzamento, essas viaturas são as últimas a ter prioridade, pelo que têm de esperar que todas as outras passem. Concluiu referindo que, tendo em conta que a proposta foi no sentido de melhorar e, tendo em conta que se têm feito coisas maravilhosas, sendo que o Executivo esteve sempre recetivo a todas as



Assembleia de Freguesia da Madalena

VILA NOVA DE GAIA

sugestões que são para melhorar, considerou que a votação feita foi mais política do que de cidadania. _____

Em seguida, Ângela Moreira pediu para intervir, para explicar que uma declaração de voto é precisamente uma explicação da votação efetuada. Neste sentido, o que o Unidos pela Madalena fez deveria ter sido feito antes, porque não foi uma declaração de voto, foi uma intervenção sobre a proposta apresentada. Pediu desculpa pela sua intervenção, mas fê-lo por considerar que estão todos a aprender uns com os outros. _____

Terminado este ponto, passou-se ao ponto 3 de Ordem de Trabalhos. _____

3. Período da ordem do dia: _____

3.1. Leitura, análise e votação da ata n.º 12 de 12.12.2023. _____

Tomou a palavra o senhor Presidente da Assembleia, Jaime Filipe, que pôs à consideração a aprovação da ata da sessão anterior, tendo referido a proposta de alteração à mesma, na sua página sete, pelo PSD. Verificando-se a pertinência da mesma, procedeu-se à devida alteração e remeteu-se a mesma, novamente, para os membros da Assembleia. Salientou, no entanto, que a ata não tem de referir ponto a ponto, linha a linha tudo o que é dito na Assembleia. _____

Antes da votação da ata, Eduardo Loureiro pediu a palavra para agradecer as palavras de Ângela Moreira e para comunicar aos presentes que, sendo adeptos fervorosos da lusofonia e defensores da língua portuguesa, foi com muito agrado que leram a ata da sessão anterior, já que esta apresentava um texto muito bem construído, que os fez reviver, com fidelidade, a Assembleia realizada. O elogio foi endereçado ao Presidente da Assembleia e estendido ao segundo secretário, que a redigiu. _____

O Presidente agradeceu as palavras, mas lembrou que em reuniões de líderes de Assembleia, também as prestações de elaboração de ata da Cláudia foram objeto de elogio, por parte da CDU. Aproveitou para deixar votos de melhoras rápidas para a mesma. _____



Assembleia de Freguesia da Madalena

VILA NOVA DE GAIA

No que concerne à ata número 12, de 12 de dezembro de 2023, esta foi **aprovada por unanimidade.** _____

Passou-se ao ponto 3.2 da Ordem de Trabalhos. _____

3.2. Discussão e Votação do "Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre o Município de Vila Nova de Gaia e a Junta de Freguesia da Madalena — Apoio na Carência Económica e Emergência Social. " _____

Neste ponto da ordem de trabalhos, foi dada a palavra ao Presidente do Executivo, Miguel Almeida, que referiu ser este um protocolo rigorosamente igual ao votado no ano transato, que foi trazido este ano mais tarde à presente Assembleia, de modo a evitar fazer-se uma reunião extraordinária para o aprovar. Acrescentou que os montantes são iguais, o fim é igual, os objetivos os mesmos, pelo que se colocou à disposição para responder a qualquer questão que esse, já antigo, contrato de delegação de competências possa suscitar aos presentes. _____

Não havendo lugar a mais nenhuma intervenção, passou-se à votação do "Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre o Município de Vila Nova de Gaia e a Junta de Freguesia da Madalena — Apoio na Carência Económica e Emergência Social ", que foi **aprovado por unanimidade.** _____

O Presidente da Assembleia prosseguiu para o ponto 3.3 da Ordem de Trabalhos: _____

3.3. Análise, discussão e votação da proposta do Executivo para contratação de empréstimo de curto prazo ou abertura de crédito de acordo com o disposto no n.º 1, art.º 55 da Lei 73/2013 de 03 de setembro — novas condições. _____

Foi dada a palavra ao Presidente do Executivo que referiu que se este ponto se assemelha ao anterior, isto é, em tratar-se de uma proposta já apresentada e votada no ano anterior, embora desta vez surja com uma proposta de um banco diferente. Salientou que, quando foi aprovado o referido documento, falou-se do facto de a Junta de Freguesia não pretender fazer uso desses montantes, mas como eles não têm qualquer custo para a Junta,



Assembleia de Freguesia da Madalena

VILA NOVA DE GAIA

pareceu-lhe prudente estar-se acautelado com uma almofada financeira, caso seja necessário recorrer a ela, dentro daqueles que são, obviamente, os limites legais. Relembrou que, na altura, a bancada do PSD referiu que a taxa de juros da Caixa Geral de Depósitos era um bocadinho ousada, facto que todos notaram na altura e, suscitados pelo PSD, a quem agradeceu, embora mantenham a ideia de não utilizar esse crédito, foram pedir uma consulta a outro banco, tendo, de facto conseguido condições que, do ponto de vista da taxa de juros ou do *spread*, são realmente melhores. Passaram, então, de uma taxa de juro que rondava os nove por cento para uma de dois por cento, em igualdade de circunstâncias, isto é, para o mesmo valor, os mesmos custos e os mesmos prazos. Salientou que esta fora, de facto, uma proposta que, em certa medida, havia sido sugerida pelo PSD, e que resultou numa retificação, para melhor, nas condições ao contrato existente. Mais informou que o mutuante deixa de ser a Caixa Geral de Depósitos e passa a ser o Santander. _____

Foi dada a palavra à bancada da CDU que referiu que obviamente votariam a favor da proposta, não obstante, salientou que o que lhes chegou não fora uma proposta, um documento, e sim um *e-mail*. No seu entender, não se votam *e-mails*, pelo que, da próxima vez, agradecia que lhes fizessem chegar uma proposta devidamente redigida. ____

Na ausência de outras considerações, passou-se à votação do ponto 3.3, que foi **aprovado por unanimidade**. _____

Em seguida, foi abordado o próximo ponto da Ordem de Trabalhos. _____

3.4. Discussão do Relatório de avaliação do cumprimento do Estatuto do direito da Oposição relativo ao ano 2023. _____

Neste ponto da Ordem de Trabalho, foi dada a palavra ao Presidente do Executivo que referiu que este ponto foi introduzido a pedido da CDU, para permitir a discussão do relatório supra, apesar de este ser da autonomia e competência exclusiva do Executivo da Junta de Freguesia. _____



Assembleia de Freguesia da Madalena

VILA NOVA DE GAIA

Assim, foi dada a palavra à bancada da CDU que mencionou que no referido Estatuto do Direito à Oposição se pode ler que, por oposição se entende a atividade de acompanhamento, fiscalização e crítica das orientações políticas perseguidas. Em seguida, citou de outro parágrafo os direitos à informação, à consulta prévia, à participação, o direito de pôr e o direito de pronúncia sobre o grau de observância do respeito pelo referido diploma legal. Indo ao encontro da sua questão central, referiu que o documento em análise se refere a atas, que se depreende sejam do Executivo da Junta de Freguesia. Acrescentou que é nesse ponto que reside uma das suas preocupações, isto é, no facto de não existirem, ou de não terem acesso a qualquer ata ou minuta de ata do Executivo, sendo que considera que, para quem trabalha documentos e prepara uma Assembleia de Freguesia, é importante saber-se, pelo menos, as votações, apesar de não ser difícil prevê-las, dado tratar-se de uma maioria absoluta, bem como ter conhecimento do que se passa no Executivo. Mencionou que esta informação está patente no RJAL, no seu artigo 56.º, onde também se pode ver que, tratando-se de um documento administrativo, a ata tem de ser livre e acessível, apenas omitindo os dados pessoais que lá constarem. Quanto ao constante no ponto um, na primeira parte, onde se diz que foram sempre prestadas informações em relação a todas as questões, nomeadamente através da realização mensal da reunião pública do órgão Executivo, considera que estando presentes nessa reunião enquanto cidadãos madalenenses e não enquanto oposição, a dita informação não é válida para o direito de oposição. No que se refere ao ponto três e ao direito de participação, informação e convite, referiu que são, obviamente, convidados para eventos, sendo informados através, algumas vezes, do **Facebook**. No entanto, considera que não se sente obrigada a ter esta rede social, nem a consultá-la regularmente, já que a vê como pessoal e não como uma ferramenta de trabalho. Por outro lado, assegurou que nem sempre recebem o convite, tendo já referido ao Sr. Presidente da Assembleia que, quando este sai em representação da Assembleia de Freguesia, a CDU gostaria de saber, já que poderá existir algum aspeto que desconheça e sobre o qual a CDU não queira ser representada. Em seguida, mencionou o ponto cinco, que se refere à sessão ordinária da Assembleia de Freguesia, de 14 de abril de 2023, na qual a CDU apresentou, por **e-mail** enviado a 14 de março ao Presidente da Assembleia de Freguesia, a proposta de introdução do ponto para discussão do Estatuto de Direito de Oposição, como foi feito desta vez, e foi recusado, pelo que considera não ter, esta oposição, sido tida em consideração, já que não a quiseram ouvir. Acrescentou que, posteriormente, viu



Assembleia de Freguesia da Madalena

VILA NOVA DE GAIA

recusada a cedência da gravação da sessão ordinária de 18 de setembro, para confirmação de factos, a propósito da contradição entre a CDU e o Presidente da Assembleia de Freguesia, e que consta da ata. Referiu, a este propósito, um *e-mail* enviado pela CDU a 10 de novembro de 2023, a solicitar a mesma, pelo que teria de ser disponibilizada. Neste sentido, considera, uma vez mais, que o direito de oposição foi coartado. Prosseguiu mencionando que, após a resposta da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDRN), sobre o arrendamento de um piso da Casa das Tílias à Associação Madalen' Amar, questionaram, por escrito, o Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia e, através dele, o Sr. Presidente da Junta, não tendo obtido qualquer resposta às questões colocadas sobre esse assunto. Deu como exemplo de questões apresentadas aquela que pretendia saber qual a razão de ter sido o Sr. Presidente da Junta a pedir o parecer à CCDRN e não o Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia. No seu entender havia duas razões para não o fazer, primeiro porque tem de ser o Presidente da Assembleia de Freguesia e depois porque o Presidente da Junta estava no processo em si. Outro exemplo de pergunta focava as razões por que foram eliminados vários elementos da proposta da CDU e não foram utilizados os documentos de fundamentação que se tinham anexado, para a qual também não obtiveram resposta. Questionaram também sobre o que se fez ou vai fazer o Executivo sobre esta matéria, requerimento que seguiu no dia 10 de novembro, não tendo, igualmente, obtido qualquer resposta. Quiseram também saber porque é que o Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia aceitou que fosse o Presidente da Junta e não a mesa da Assembleia de Freguesia a apresentar à Presidente da CCDRN a pergunta sobre o processo de cedência da Casa das Tílias. Terminou lembrando que a questão colocada sobre se aceitou que o Presidente da Junta eliminasse, nessa pergunta, vários elementos da proposta de pergunta apresentadas pela CDU, e não anexasse os mesmos documentos de fundamentação, que haviam sido entregues. Além disso, quando questionaram sobre a ata ou minuta de ata, referente à reunião do Executivo, em que foi votada essa cedência da Casa das Tílias, obtiveram como resposta uma certidão passada pela Juliana naquele dia, sem nunca apresentar a ata solicitada. Concluiu reforçando que o Estatuto de Direito à Oposição contém, no seu entender, muitos aspetos que deveriam ser revistos e considerou que a apreciação do mesmo já deveria ter sido feita no ano transato.



Assembleia de Freguesia da Madalena

VILA NOVA DE GAIA

Tomou a palavra o Presidente da Assembleia para referir que os elementos trazidos a esta sessão pela bancada da CDU, na apresentação feita por Ângela Moreira, não espelham, de todo a realidade dos factos, já que, salientou, o regimento desta Assembleia foi respeitado escrupulosamente, no que diz respeito às informações sobre a gravação áudio. Reiterou que toda a informação se encontra escrita, pelo que não há forma de acusar o Presidente da Assembleia sobre a escusa dessa gravação. Sobre a situação da Casa das Tílias, as informações que foram transcritas respeitam igualmente o Regimento. No que se refere à presença do Presidente da Assembleia em eventos, esclareceu que sempre que recebe convites, partilha-os com todos os membros da Assembleia. Considera que a sua função é equidistante e é representativa não do PS, mas de todos os partidos representados na Assembleia, e assim será até ao fim do seu mandato.

Terminada a sua intervenção, deu a palavra ao Presidente do Executivo, que começou por referir que considerava que o Presidente da Assembleia já havia respondido a todas as questões numa única frase, a de que muito do que foi dito por Ângela Moreira não corresponde à verdade, pelo que sublinhou o que foi dito pelo Presidente da Assembleia. Acrescentou que o Relatório do Estatuto de Direito de Oposição é um relatório do Executivo, não é um relatório da Assembleia de Freguesia, portanto houve aqui algumas acusações ao trabalho da Assembleia de Freguesia, no seu entender, completamente a despropósito, e que poderiam ter sido abordadas numa reunião de líderes entre a CDU e o Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia, evitando, dessa forma, que os presentes tivessem de assistir a esta situação, já que a maioria das pessoas presentes não saberá muito bem sobre o que se está a falar. Adiu, ainda, que quando a Juliana fez uma certidão de ata, na qualidade de secretária da Junta, o fez com validade jurídica, acrescentando, a título de exemplo, que o protocolo que foi celebrado vai ser validado com uma certidão de ata, elaborada pela secretária. Salientou que não se pode menosprezar uma pessoa, para a seguir se dizer bem dela, comportamento que lhe pareceu pouco correto da parte de uma colega. Prosseguiu referindo-se a alguns aspetos que classificou como inverdades, tendo considerado que, numa ocasião futura, talvez seja de levar para a Assembleia toda a correspondência trocada, sobre a Casa das Tílias e fornecer uma cópia a todos os elementos da Assembleia de Freguesia, já que a Mesa não tem qualquer problema em tornar público o assunto, que até agora não era público, sendo uma deselegância tornar público aquilo que não era. Salientou que considera importante possibilitar que todos



Assembleia de Freguesia da Madalena

VILA NOVA DE GAIA

vejam por si o que a Ângela e a CDU confundem, e distinguir aquilo que é uma resposta, daquilo que a CDU quer ouvir. Concluiu dizendo que todas as perguntas que foram colocadas obtiveram uma resposta, podendo estas não terem sido as respostas que a CDU queria ouvir, o que não as invalida como respostas. Reforçou que não houve nada que tenha sido feito à revelia e deu como exemplo a pergunta colocada sobre as razões da eliminação de partes da pergunta que foi enviada à CCDRN. Continuou dizendo que a CDU não referiu na sua intervenção que, antes de eliminar informação, o Presidente da Assembleia de Freguesia mandou para a CDU a pergunta, justificando por que ia retirar um ou outro aspeto, sendo que esse *e-mail* nunca obteve resposta por parte da CDU. Neste sentido, considerou que não podem agora vir para a Assembleia referir que andam a sonegar informação, o que não é verdade. Reiterou, em seguida, o seu pedido para que sejam facultadas cópias dos processos todos, a cada um dos membros, para que estes possam perceber por si aquilo que apelidou de perseguição obstinada e desagradável, que não faz sentido nenhum. No que se refere à não colocação na ordem de trabalhos a discussão do Relatório sobre o Estatuto de Direito de Oposição, mencionou que a Ângela se esqueceu de referir que o Sr. Presidente lhe deu, ainda assim, a oportunidade de participar, de perguntar e de dizer o que achou por bem dizer. Nesse sentido, estar ou não na ordem de trabalhos não a impediu de manifestar o seu direito de participação, nem nunca foi coartada a sua opinião ou a sua liberdade de expressão pelo Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia. No que se refere à questão dos convites, o Presidente do Executivo mencionou que todos trabalham e privilegiam as redes sociais como forma mais expedita de comunicação. Não obstante, lembrou que no dia dezanove de janeiro, enviaram um convite para a CDU, e para a Ângela em particular, sobre uma matéria que lhes é muito cara e que se referia aos transportes e mobilidade. Disse, ainda, não se recordar de ver qualquer membro da CDU nesse evento, sendo que o convite não foi feito via **Facebook**, foi feito diretamente para as pessoas da CDU, que não se dignaram comparecer.

Seguidamente tomou da palavra Ângela Moreira para justificar que considera que a sua intervenção cabe no desempenho do seu papel de oposição, e fê-lo de uma forma calma e educada, tal como havia sido solicitado pelo Presidente da Assembleia. Considerou, ainda, que não acusou ninguém, apenas constatou factos e se realmente foram enviadas respostas, as mesmas não constam das atas, nem as encontrou nos *e-mails* que arquivou,



Assembleia de Freguesia da Madalena

VILA NOVA DE GAIA

[Handwritten signatures]

pelo que agradece que essas mensagens lhe sejam reencaminhadas. No que se refere à gravação, referiu que, de facto, está no regimento, mas, acrescentou, este não se sobrepõe à lei. Reiterou que o documento em questão tenha de ser discutido, admitindo, da sua parte, um certo preciosismo, no que diz respeito a documentos. Concluiu referindo quem quando mencionou a Juliana, não teve qualquer intenção insultuosa, apenas a referiu por ter sido ela a redatora do documento e questionou por que razão a ata não é mostrada publicamente, tendo reiterado o pedido de que a enviem para a CDU ou, pelo menos, a minuta da mesma, já que, considerou, é um direito que lhe assiste, à luz do Estatuto do Direito de Oposição. _____

Sobre esta intervenção, o Presidente do Executivo solicitou que na próxima reunião, ou previamente a ela, que todos os documentos referidos e as respostas que não estão em ata, porque se as perguntas foram colocadas por *e-mail*, obtiveram resposta pela mesma via, pelo que não constam de nenhuma ata, que esses documentos sejam compilados e entregues a cada um dos membros da Assembleia de Freguesia, para que todos percebam sobre o que se esteve a falar na presente Assembleia, no que a este assunto diz respeito. Pediu desculpa se facto se exaltou, mas para si, ser educado não é dizer coisas más de forma fofinha, pelo que prefere falar grosso e ser factual do que dizer coisas más com voz de veludo. _____

Foi, novamente, dada a palavra à bancada da CDU, tendo Ângela Moreira referido que não se considera “fofinha”. Pode ser cordial e ter mau feitio, mas não é fofinha, pelo que rejeita a forma de tratamento dada. _____

Seguidamente, foi dada a palavra a Bruno Oliveira, da bancada do PS que, agradecendo ao Presidente do Executivo, aceitou, enquanto líder da bancada do PS, o repto lançado e mostrou-se disponível para analisar todos esses *e-mails*, para que se possa esclarecer definitivamente a situação que ali foi colocada pela CDU. No constante às atas, lembrou o que foi dito sobre o facto de as pessoas não serem obrigadas a ter e a usar as redes sociais, para depois se alegar que a Junta tem de publicar no *site* as atas do Executivo, o que não está determinado em lado nenhum. No que concerne ao papel de representatividade do Presidente da Assembleia, lembrou os presentes que todos ali foram eleitos e estão em representação daqueles que neles votaram. Nesse sentido,

239



Assembleia de Freguesia da Madalena

VILA NOVA DE GAIA

[Handwritten signatures in blue ink]

questionou a bancada da CDU sobre qual deverá ser o procedimento do Presidente da Assembleia quando este for diretamente convocado ou receber um convite de uma instituição, com a qual a CDU não se revê. Relembrou os presentes que o Presidente da Assembleia foi votado e eleito e representa toda a Assembleia nos eventos em que participa. _____

Terminado este ponto, passou-se ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos. _____

3.5. Prestação de Contas relativas ao exercício do ano 2023. _____

Neste ponto da ordem de trabalhos, foi novamente dada a palavra ao Presidente do Executivo que começou por agradecer à tesoureira e à equipa financeira, que lavraram os documentos em análise, o que implica um enorme trabalho exigido pela legislação. Neste âmbito, elogiou a sua resiliência, colaboração, trabalho e empenho para terminar tudo atempadamente. Em seguida, e referindo-se ao relatório em análise, salientou uma alteração no mesmo, no que concerne à criação de um capítulo introdutório para cada um dos subtemas abordados. Pretenderam com isso mostrar aquilo que foi, de facto, feito e enquadrar um pouco mais o resto dos números. Acrescentou que, no restante, os orçamentos não variaram muito, quer nas receitas quer nas despesas. Terminou manifestando-se disponível para responder a qualquer questão que quisessem colocar. ____

Nesse sentido, foi dada a palavra a Joaquim Sousa da bancada do PSD, que cumprimentou os presentes e começou por referir que, contrariamente ao mencionado pelo Presidente do Executivo, considera que existe uma alteração significativa dos resultados, nomeadamente em termos de desempenho económico, que é de relevar e que tem de ser chamada à Assembleia. Referiu-se, então, ao primeiro exercício em que a soma dos gastos é superior à dos proveitos e isso, desde logo, no seu entender, é significativo, por ser o primeiro e por ter uma dimensão de certa forma significativa. Acrescentou que faz esse reparo nessa primeira introdução que fez o Presidente, mas também a faz no relatório, pois no relatório de gestão, ou na parte inicial do mesmo, não há menção nenhuma a esse **déficit** e deveria haver. No caso presente, os 49 mil euros, que é o valor referente entre os gastos e os proveitos, são significativos e deve-se falar sobre isso. Não existindo uma análise qualitativa que levasse ao entendimento deste **déficit**, e na tentativa de validar



Assembleia de Freguesia da Madalena

VILA NOVA DE GAIA

Handwritten initials and signature in blue ink.

algum dos números apresentados, puderam verificar que, em termos de receita, verificou-se uma variação positiva de 1000 euros, isto é, a receita do ano passado, face a 2022, foi de 1000 euros positivo, e esses 1000 euros, acrescentou, têm algumas componentes distintas que evoluíram de uma forma distinta: de um lado as transferências correntes aumentaram 20 mil euros, mas existiu uma redução significativa na venda de bens e serviços da Junta, na ordem dos 21 mil euros, pelo que houve uma redução de um lado, um proveito do outro, que no seu global se traduz num aumento de 1000 euros de receita líquida da Junta. Em síntese, referiu que a receita total não cresceu, mas houve um crescimento de transferência das receitas próprias da Junta, que tem a ver, nomeadamente, com a questão dos colaboradores e das remunerações. A redução das receitas próprias tem a ver com a venda de serviços e de outro aspeto a que voltará mais tarde. Acrescentou que a lógica das transferências é normal, subiu, e que a atualização salarial, que é obrigatória por lei, provoca também um aumento dessas receitas. O que não é normal, referiu também, é uma redução tão significativa dos proveitos da Junta, pelo que colocou aqui a sua primeira questão, sendo que pretendeu saber o que é que correu mal na venda de serviços e bens da Junta, em que a execução orçamental é apenas de 43%. Aquilo que estava orçamentado face àquilo que foi concretizado e que representa uma diminuição de quase 25% da receita que foi tida no ano anterior, ou seja, diminuiu quase um quarto de receita relativamente ao ano anterior. Neste ponto, referiu-se à sobreorçamentação do cemitério, para dizer que no orçamento tinham 93 mil euros esperados para a concessão de sepulturas e fez-se 25 mil euros, sendo que este item ficou em 27% do orçamentado. Reconhecendo já ter respondido a esta questão, considerou que o relatório deveria conter uma explanação sobre o assunto. Mais referiu que sempre disseram que estava orçamentado a mais, já que não existia uma expectativa de que esse rendimento fosse ou venha a ser exequível, e deu como exemplo a previsão de orçamento para o ano de 2024, no valor de 94 mil euros, que uma vez mais não é expectável, a menos que se dê uma grande catástrofe que leve a um aumento considerável na venda de sepulturas. Quanto à despesa, referiu o aumento de pessoal e os 20 mil euros normais, o aumento em outras despesas correntes na ordem dos 25 mil euros, e a aquisição de capital, na ordem dos 26 mil, sendo esta rubrica referente à recolocação viária, promovida pela Câmara Municipal, com os 15 mil euros. Em síntese, salientou que as despesas gerais cresceram 71 mil euros, face a 2022, e as receitas aumentaram mil euros o que, no seu entender, é significativo e tem de ser analisado, pelo que colocou a questão sobre qual é a origem ou surpresa de tal



Handwritten signature in blue ink.

Assembleia de Freguesia da Madalena

VILA NOVA DE GAIA

variação, já que a receita não cumpriu de todo o crescimento. Quis saber ainda o porquê desta variação de despesa e se houve alguma surpresa extraordinária ou se foi meramente corrente, não tendo havido forma de a evitar. Nas outras despesas correntes, e voltando às Associações, por serem aquelas em que, efetivamente, verificaram havia maior variação, indicou que as mesmas totalizam 86 mil euros. Acrescentou que gostaria de analisar esta rubrica no departamento de Educação, Juventude, Cultura e Tempos Livres, que teve um gasto de 73 mil euros. Considerou que este valor se prendia com a dinamização da MAD'FEST e assinalou duas rubricas, de quase 25 mil euros, para a senhora Mariana Faria Costa, ali identificadas, sendo duas rubricas de valores exatamente iguais, dez mil e cinquenta euros cada uma, com a mesma data e com um número diferente de faturação sequencial, tendo, em seguida, solicitado confirmação sobre se estes valores estavam ou não relacionados com o MAD'FEST, sublinhando que esta atividade normalmente não assumia esta dimensão, em termos de despesa nos anos anteriores, pelo que considerou importante analisar de que forma esta despesa significativa contribuiu para o **déficit** apresentado, sublinhando e corrigindo que se refere não só ao MAD'FEST, mas também à Casa Natal. Neste âmbito lembrou que, na última Assembleia, quando a bancada do PSD falara da necessidade da Junta de Freguesia obter rendimentos, o Presidente dissera que, habitualmente, este tipo de eventos não acrescentava receita e sim levava a alguma despesa, tendo entendido que seria algo residual. A ser assim, questionou sobre qual o **déficit** que este tipo de eventos, MAD'FEST e Casa Natal, apresentam para o orçamento da Junta. Sintetizou dizendo que, nos outros anos, tem existido um equilíbrio, no seu entender necessário, em termos de receitas e despesas, embora tenha lembrado o facto de ele próprio considerar e defender que, em alguns desses exercícios, a Junta reteve mais do que supostamente deveria ter feito, pese o facto de entender a necessidade de alguma cautela e da existência de um fundo de maneio. No presente caso, em que estão a escarpelizar o que levou a um **déficit** da ordem dos 50 mil euros, considerou importante perceber o tipo de desgaste que eventos desta natureza coloca no orçamento. Em seguida, e contextualizando que se revê como um apologista do orçamento, enquanto fio condutor a cumprir para atingir um determinado fim, fez um reparo ao presente orçamento, que aponta uma alteração de rubricas de setenta e um mil oitocentos e trinta e sete ponto noventa euros. Acrescentou que compreende que estas alterações sejam levadas a cabo nas reuniões do Executivo e que não tenham de ser levadas à Assembleia, não obstante, considerou que, por se tratar de valores muito significativos, deveriam ser comunicados



Assembleia de Freguesia da Madalena

VILA NOVA DE GAIA

à mesma, para não desprestigiar o orçamento. Neste sentido, procura uma explicação para a alteração de trinta mil euros, que tem a ver com receitas de capital, que foram desviados para receitas correntes, a favor da rubrica de atividades lúdicas e culturais, sendo, portanto, trinta mil euros que mudaram de conta, saíram de uma conta de capital, que estavam previstos para investimentos com terrenos, e passaram para uma rubrica de atividades lúdicas e culturais, o que, no seu entendimento, mereceria ser do conhecimento da Assembleia. Concluiu dizendo que o resultado negativo saiu do caixa, tendo sido suportado pelo *superavit* que havia dos anos anteriores, já que no ano anterior havia sessenta e seis mil euros de transitado e, no presente ano, acabam com dezoito mil desse transitado, sendo que ficou um valor muito reduzido para o ano seguinte. Estes factos indiciam que o desempenho da Junta no presente ano estará, de certa forma, condicionado. Relembrou que, no ano passado, defenderam a existência de uma certa autonomia ou independência da Junta face a terceiros, o que, defendeu, lhe parece muito válido, perante o resultado em análise, pois considera que estão muito mais dependentes e numa situação mais linear relativamente ao resultado, não se podendo, portanto, desviar muito daquilo que aconteceu em 2023. Aludindo ao elemento mais novo presente na Assembleia, referiu a importância de todos fazerem contas, em especial quando se fazem coisas diferentes, e da necessidade de se privilegiar uma análise qualitativa na apresentação dos dados, em vez de todos os números e quadros apresentados. _____

Terminada esta intervenção, foi dada a palavra a Ângela Moreira, da bancada da CDU, que começou por dizer que na convocatória, no ponto três ponto cinco, não se refere exatamente o que vai ser feito, pelo que propõe que se acrescente ao ponto “discussão e votação da prestação de contas relativas ao exercício do ano 2023”, dado que estão a discutir e a votar e não somente a fazer prestação de contas. Acrescentou, ainda, que falta o mapa de pessoal, que não estava incluído no documento. Em seguida, referiu-se à transferência e subsídios concedidos e recebidos, nomeadamente, o constante na página dois, no programa apoio às freguesias, nos subsídios concedidos, e lê: “no programa apoio às freguesias é pago o valor de 2.882,64” e acrescenta “a alguém”. Em seguida, disse que o texto indica que a situação se reporta ao abrigo do Despacho 3483 de 2023 de 13 de março, Despacho esse que vai permitir ressarcir as freguesias das despesas em que ocorreram, ao longo do ano 2020, no âmbito da emergência de saúde pública da doença Covid-19. Acrescentou que, como não houve reembolso, foi pedido à CCDR. Para este



Assembleia de Freguesia da Madalena

VILA NOVA DE GAIA

programa “Apoio às Freguesias”, ao abrigo deste Despacho, seria a Junta de Freguesia a receber a verba que foi, tal como indica em “Recebidos”, de 4.981 euros e 12 cêntimos, isto pelo que se gastou em 2020. Mais referiu que, naquele ponto do documento a Junta invoca a Portaria 70 de 2021 de 26 de março, esclarecendo que essa Portaria fala da resposta social da CACI, (Centro de Atividade e Captação para a Inclusão), em tudo relacionado com deficiência e inclusão. Concluiu, perguntando em primeiro lugar, se a Junta recebeu o valor indicado, e se pagou 2882 euros a uma “tal” Inês, em que alínea se encontra o restante valor. Em segundo lugar, quis saber as razões para tal pagamento, qual foi o trabalho que desempenhou e também por que razão despesas de 2020, segundo o Despacho, foram pagas em 2023 e é invocada a Portaria de 2021. No que concerne ao Instituto de Emprego e Formação Profissional (IFP), mencionou que lhes foi enviado um primeiro documento do IFP a 26 de julho, contendo o valor de transferência de 2.267,60 euros. No entanto, no segundo documento enviado a 27 de abril, em tudo igual ao anterior, o total vem escondido, pelo que, constatou, tratar-se este segundo documento de uma cópia alterada ou adulterada, como preferissem chamar. Ainda relativamente ao IFP, o Instituto refere transferir para a Junta de Freguesia o valor de 2.267 euros, quando na Execução Orçamental consta, na página 2, a transferência do IFP no valor de 1.383,72 e uma liquidação anulada de 883,98 euros, perfazendo um total de 499,64. Neste sentido, quis saber qual a explicação para estes valores. Continuou referindo-se à transferência da Câmara de Gaia, dizendo que o documento só aborda despesas correntes, sendo que, nessa certidão, não há despesas de capital. Menciona que a certidão refere uma transferência de 176.602,42 euros, sendo que, na execução orçamental, na mesma página 2, só encontra como transferência do Município, o valor de 51.283,54 e, na página 3, o valor de 43.367,30 euros. Admitindo que existe uma diferença nos números, não a conseguiu encontrar no documento, pelo que solicitou esclarecimento. Referiu que da Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL) está tudo certo, no entanto, sobre a Autoridade Tributária, menciona a transferência de 16.836,61 euros, com despesas de encargo de 565,28 euros, e quis saber em que rubrica é que foram contabilizados esses gastos. Rematou dizendo que ou existe ali uma discrepância grande ou estará a explicação em algum ponto que não tenha encontrado.

Concluída esta intervenção foi dada a palavra a Bruno Oliveira da bancada do PS, que elogiou a inclusão das introduções explicativas no início de cada capítulo do relatório de



Assembleia de Freguesia da Madalena

VILA NOVA DE GAIA

gestão, que, no seu entender, ajudam bastante na análise do documento, no que se refere tanto à atividade da Junta quanto às contas apresentadas, especialmente após a introdução do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP). Salientou, em seguida, no quadro de resumos da atividade da Junta, na parte da saúde, a redução das reclamações relacionadas com o atendimento telefónico por parte da Unidade de Saúde Familiar, fruto das reuniões entre o Executivo e os representantes dessa mesma Unidade, e que resultaram em benefício para a população. Relativamente às contas, e no que se prende com a questão do apoio da Junta às Instituições, referiu terem notado que, nesse ano, se verificou o maior apoio financeiro às mesmas, o que representa uma grande ajuda, nos tempos difíceis que o associativismo atravessa, não desvalorizando o apoio logístico e no transporte que sempre existiu. Salientou que esta referência foi feita no sentido de saudar a relação que o Executivo mantém com as Instituições, no intuito de apoiar a realização de projetos. O apoio financeiro acontece porque as Instituições apresentam projetos e estão a trabalhar em prol da comunidade. Neste sentido, afirmou a sua intenção de votar favoravelmente, já que as contas apresentadas lhe parecem equilibradas.

Terminada a intervenção da bancada do PS, foi dada a palavra ao Presidente do Executivo que agradeceu todas as intervenções e deu início à sua referindo que, de facto, tem sido iniciativa da Junta de Freguesia apostar nas Instituições e apoiá-las, aspeto que tem, inclusivamente, salvo algumas delas do marasmo, ou até mesmo de uma morte anunciada, como foi o caso da Fanfarra. Não obstante, acrescentou que tal atuação implica dinheiro, não só através dos meios disponibilizados, valor que não aparece calculado nas contas porque não é direto, mas cujo custo foi muito elevado e que reflete as despesas nos combustíveis, concertos e oficinas pelo desgaste de viaturas, mas também no apoio financeiro. Salientou que o princípio que rege o apoio a essas Instituições não é o simples facto de existirem, é sim para que elas possam dinamizar atividades ou aliar-se a outras que a Junta e o Executivo dinamizem, a favor da Madalena. Acrescentou, a título de exemplo, que, só no presente ano, já vão a mais de cinquenta por cento da execução do ano passado, que foi o melhor ano de sempre. Concluiu este assunto reforçando a intenção do Executivo em continuar a apoiar as Instituições. Em seguida, referiu que a intervenção do senhor Joaquim Barbosa fora a propósito, ao apontar que o saldo inicial era de sessenta e seis mil euros e o final de dezassete mil, pelo que nas próximas contas não poderia haver



Assembleia de Freguesia da Madalena

VILA NOVA DE GAIA

um desequilíbrio de quarenta e nove mil euros, porque não existia margem para isso. Neste sentido, acrescentou que esses valores estão incorporados nas contas, como se verá mais à frente. Seguidamente, mencionou que, de facto, o cemitério constitui-se como a principal fonte de receita que a Junta tem, pelo que colocam sempre como receita possível, todas as campas disponíveis para vender, apesar de saberem que não irão vender todas. Neste sentido, factualmente, têm uma execução orçamental muito baixa, de vinte e sete por cento da receita neste item. No entanto, considera que têm de continuar a fazê-lo, caso contrário, não teriam orçamento. Explicou o aumento das despesas correntes, com o apoio às Associações explanado no documento, a que acrescem os quinze mil euros para tapar buracos. No que se refere à relação do capital versus despesas correntes, nomeadamente no que se prende com a questão colocada sobre a mudança de rubricas, nas transferências orçamentais, esclareceu que, desde que estas não alterem o saldo final, não é necessário que sejam levadas à Assembleia. Nesse sentido, não estão os presentes perante qualquer ilegalidade. Continuou explicando que, de facto, muitas vezes, muitas verbas ficam preenchidas e é preciso reforçá-las para continuar a atividade da Junta, em função de uma suborçamentação de uma coisa que tenha acontecido, de uma necessidade que se vê como mais premente. A questão dos trinta mil euros, capital para despesas correntes, e como explicou na Assembleia anterior, que se destinava à aquisição de terrenos na zona das Bocas, como a Junta de Freguesia desistira da compra, já que as Águas de Gaia comprou a totalidade, libertou-se a parte do valor de compra da mesma, pelo que se decidiu usar esse capital para o alocar a despesas que foram feitas. Sobre os vinte e cinco mil euros, esclareceu que a Mariana é uma agente musical que trouxe dois artistas ao MAD'FEST, que atuaram dois dias seguidos, pelo que foram passadas duas faturas subsequências, por essa razão. Sublinhou, em seguida, que quando se refere que atividades como a Casa Natal, as Marchas, o MAD'FEST, os Presépios, as Cascatas de São João, entre outras, não contribuem para as receitas da Junta, está, de facto, a ser sincero, já que estes se constituem como momentos em que é dada a oportunidade às Instituições de produzirem receita, em especial no que se refere ao MAD'FEST. Neste sentido, não é daí que a Junta procura receitas. Quando procura receitas próprias recorrentes, não é dos eventos, é das receitas que vão para além dos eventos, que são permanentes, admitindo que estão a conseguir algumas, a serem divulgadas a seu tempo e a breve trecho. Quanto à questão colocada por Ângela Moreira, no que concerne ao Mapa de Pessoal, esclareceu que é normalmente apresentado e votado no orçamento e



Assembleia de Freguesia da Madalena

VILA NOVA DE GAIA

não nas contas, pelo que não é apresentado aqui. No que se refere à assistente Operacional, Inês, que trabalha na escola do Maninho, elucidou que se trata de uma jovem com necessidades especiais, a trabalhar ao abrigo do protocolo existente entre a Junta, o IFP, a Segurança Social e a escola, cuja prestação existe há já três anos. Acrescentou que é subsidiada uma parte pelo IFP e uma parte pela Junta de Freguesia, pelo que se justifica o uso dos apoios do IFP na totalidade, já que teriam de os devolver, caso não fossem usados. Concluiu a sua intervenção solicitando que, caso tenha falhado alguma resposta, a questão seja novamente colocada. _____

Solicitou a palavra Domingos Barbosa, para solicitar esclarecimento sobre algumas dúvidas que, considerou, “pairam no ar” sobre a atividade MAD’FEST. Assim, quis saber se existe alguma empresa que faça a gestão do MAD’FEST, quem é que controla e faz a gestão desta atividade, quem contrata as casinhas e os artistas. _____

O Presidente do Executivo respondeu dizendo que passa pela Junta de Freguesia e algumas instituições que os ajudam. _____

Em seguida, Joaquim Barbosa, da bancada do PSD, reformulou a pergunta, e procurou confirmação sobre se a organização e contratação de artistas era da responsabilidade da Junta da Freguesia, tendo obtido como resposta a confirmação dessa asserção. Neste sentido, Joaquim Barbosa, sustentando a ideia de que o orçamento contempla despesas com essa atividade, e sabendo-se que esta gera receitas, independentemente do facto de existir ou não prejuízo no final, e apesar de não colocar em causa a veracidade dos esclarecimentos apresentados até ao momento, quis saber em que parte do orçamento se encontra o dinheiro recebido pelo Executivo, referente, a título de exemplo, ao aluguer das casinhas. A segunda pergunta referiu-se a outra receita que, no seu entender, não está no orçamento e deveria estar, para que todos pudessem perceber, e que tem que ver com a receita gerada pelo festival. Pelo que sabe, é a Junta que contrata e tem o controlo sobre as bebidas, determina o preço delas, recebe o dinheiro do aluguer das casinhas, e esse dinheiro não aparece plasmado no orçamento. Deixou, ainda, no ar, uma questão relacionada com o dinheiro pago a Mariana Faria da Costa, mas preferiu deixá-la para outra altura da Assembleia. _____



Assembleia de Freguesia da Madalena

VILA NOVA DE GAIA

Terminada esta intervenção foi dada a palavra a Joaquim Sousa, também da bancada do PSD, que referiu que a questão da contratação tem a ver com o tal **déficit** apresentado supostamente pelo MAD`FEST, neste exercício. Esclareceu que a questão foi colocada porque nos anos anteriores também havia contratações de artistas e, pelo que verificou, no ano passado não havia nenhuma rubrica desta grandeza, embora tenha referido que compreende que provavelmente as coisas estejam mais caras. Não obstante, a despesa com os dois artistas, sendo igual, constitui-se como dois incrementos significativos para a referida rubrica de gastos com atividades lúdicas, que não constavam nos anos anteriores, pelo que lhe causaram estranheza. Neste sentido, e considerando que o Presidente ainda não respondeu à questão colocada, pelo que a reiterou, quis saber em que medida a dinamização do MAD`FEST era responsável ou qual o seu contributo para o **déficit** apresentado, isto é, qual é o **déficit** que o MAD`FEST gera. Sabendo que as instituições beneficiam e têm a sua receita, a sua preocupação recai sobre o **déficit** apresentado, no valor de 49 mil euros, e de perceber qual o impacto da dinamização da referida atividade nesse mesmo valor. Acrescentou que não entende como é que o Presidente do Executivo refere já ter conseguido concretizar cinquenta por cento do que está orçamentado, porque não existe margem para tal, reforçando, no entanto, que a questão foi colocada no sentido de perceber o que é que o MAD`FEST faz neste resultado, diferente dos outros anos, e se foi isso que determinou o **déficit** deste ano, prevendo que no presente ano se tenha de contratar artistas com um caché menos elevado. _____

No seguimento deste ponto, foi dada a palavra ao Executivo que confirmou o incremento da despesa com os artistas, que justificou lembrando os presentes que no MAD`FEST anterior e nas contas a que se referiu Joaquim Sousa, os artistas tinham sido contratados antes da pandemia e havia um acordo que previa que, se a Junta mantivesse os artistas, eles mantinham o preço e este foi significativamente mais baixo, daí que não tivesse o impacto que tiveram nas contas atuais. Esclareceu, em seguida, que quando aludiu que cinquenta por cento do orçamento estava gasto, referia-se só no apoio às coletividades, não no orçamento. Quanto às questões colocadas por Domingos Barbosa, reiterou categoricamente que é a Junta de Freguesia quem organiza o MAD`FEST, referindo, no entanto, que os preços das bebidas não são determinados pela Junta de Freguesia. Não obstante, e no que se refere às barracas, estas são pagas por cada uma das Instituições, pelo que a empresa fatura às mesmas, servindo a Junta apenas como intermediário, no



Assembleia de Freguesia da Madalena

VILA NOVA DE GAIA

sentido de que escolhe as barracas, sua quantidade e detalhes da instalação. No que se refere à Casa Natal, apresentou a situação como semelhante, esclarecendo que existe um mecenas que oferece um determinado valor para a iluminação da Casa Natal e da árvore. O dinheiro do aluguer dos espaços vai diretamente para o pagamento dos artistas. Neste sentido, não existe, de facto, dinheiro entrado em caixa da Freguesia, para sair para as despesas dos artistas, já que são os próprios lojistas que pagam os artistas, sendo essa a explicação para a ausência de fluxo de receita e despesa que procuram. Quanto à questão sobre as bebidas, estas são contratualizadas com o Orfeão da Madalena e é essa entidade que faz a compra e revenda, já que a Junta de Freguesia não a pode fazer. _____

Intervio, em seguida, Domingos Barbosa para referir que, apesar de compreender a explicação dada e acreditar na boa-fé de tudo o que está a ser feito, considera que o Executivo não possa ser um cobrador nem empregado, nem de quem aluga as barraquinhas nem de quem as utiliza. O Executivo recebe o dinheiro, vai levá-lo a quem alugaram e, desde que o dinheiro circula dessa forma, ele tem de entrar na Junta, não havendo outra forma de o fazer. Se o fizeram, entendeu não ser esta uma atitude legal. Reiterou que não tem dúvidas quanto à boa-fé da atuação nem colocou em causa qualquer desvio de dinheiro, não sendo essa a sua intenção, mas apenas a de frisar a necessidade de se mostrar a forma como o dinheiro circula. Se recebem o dinheiro enquanto membros do Executivo, este tem de entrar na Junta, se depois sai, com lucro ou prejuízo, não importa, mas se, na qualidade de Presidente e de Tesoureiro se recebe dinheiro, tem de se dar conta dele oficialmente. _____

A este propósito, Miguel Almeida repetiu que o dinheiro entregue pelas Associações para as barracas, é entregue diretamente aos fornecedores, pelo que não entra na Junta de Freguesia. Como organizadora, a Junta está no meio da relação comercial, onde tudo se encontra faturado. Voltando um pouco atrás, à menção de Ângela Moreira sobre um funcionário que auferiu o valor de 883,98 euros, informou que se tratou de um funcionário da Junta de Freguesia, o Nuno, que fora alocado pelo IFP e que, de facto, trabalhou apenas dois meses, pelo que depois tiveram de devolver a diferença desse dinheiro. _____

Terminadas as intervenções, passou-se à votação referente a este ponto da ordem de trabalhos, tendo este sido **aprovado por maioria, com um voto contra da CDU**, três

249



Handwritten signature in blue ink.

Assembleia de Freguesia da Madalena
VILA NOVA DE GAIA

abstenções do PSD, sete votos a favor do PS e dois votos a favor do Unidos pela Madalena. _____

Passou-se ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos. _____

3.6. Discussão e votação da proposta da 1.ª Revisão Orçamental 2024. _____

O Presidente da Assembleia deu a palavra ao Executivo que esclareceu que a presente revisão orçamental mais não era do que o incorporar no saldo deste ano, o saldo do exercício anterior, que é de 17 mil euros aproximadamente. Neste sentido, alocaram a cada uma das rubricas, em função das definições políticas que entenderam fazer, tendo-se colocado à disposição para a prestação dos esclarecimentos que os membros da Assembleia entendessem. _____

Neste âmbito, interveio Joaquim Sousa, da bancada do PSD, para colocar uma questão que considerou ser do foro técnico. Assim, questionou sobre se o contrato de programa, que foi votado na presente Assembleia, não deveria estar já incluído na presente revisão orçamental. _____

Miguel Almeida respondeu que, de acordo com a sua tesoureira, este já estava incluído, afirmando a sua confiança na Câmara Municipal. Acrescentou que são 6 mil euros pagos em duas vezes, a primeira quando entregam a certidão da ata e, a segunda, no mês de julho. _____

Não havendo mais nenhum pedido de esclarecimento por parte das bancadas, passou-se à votação do assunto do ponto 3.6 da Ordem de Trabalhos, registando-se as seguintes votações: **votos a favor – sete do PS, dois do Unidos pela Madalena e um da CDU. Votos contra: três do PSD.** Neste sentido, foi votada favoravelmente por maioria. ____

Terminada a votação, o Presidente da Assembleia passou ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos. _____



Assembleia de Freguesia da Madalena

VILA NOVA DE GAIA

[Handwritten signature]

3.7. Inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais. _____

Foi dada a palavra ao Presidente do Executivo, que referiu não ter muito a acrescentar sobre este ponto, sendo que o inventário se trata de um procedimento comum e que o Executivo tem vindo a fazer uma limpeza e atualização ao mesmo, já que este não era atualizado desde 2012. Considera que o trabalho ainda não está concluído, mas disponibilizou-se para prestar esclarecimentos sobre o mesmo. _____

Tomou da palavra Ângela Moreira, da bancada da CDU, que referiu que, no inventário apresentado, apenas consta o valor de aquisição, pelo que, sugeriu, pelo menos para os primeiros dez itens, a inclusão da sua avaliação atual. Em segundo lugar questionou sobre o facto de os lavadouros não constarem do referido documento. _____

Em resposta à questão dos lavadouros, Miguel Almeida admitiu não saber por que razão não constavam do inventário, avançando que, provavelmente, se devia ao facto de nunca terem constado desse documento, mas era uma questão que teriam de rever, pelo que agradeceu a questão colocada. _____

Terminadas as intervenções, passou-se ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos. _____

3.8. Informação escrita do Presidente da Junta de Freguesia (Dez. 2023 a Abr. 2024) e Situação financeira. _____

Neste ponto da ordem de trabalhos, foi dada a palavra ao Presidente do Executivo, que referiu não ter muito a acrescentar, que se trata da descrição do trabalho feito e salientou a última linha, onde apresenta o saldo, a situação financeira da Junta à data. Acrescentou uma referência, na página cinco, ao início do projeto ADRITEM, hortas comunitárias, com entrega de um terreno para agricultar, e que se refere a um projeto a arrancar antes do início do verão e que, aparentemente, se vai iniciar já na próxima semana. Adiantou que haveria muitas situações sobre as quais poderia falar, não obstante, não o fará para além do que é necessário. Mencionou a reunião com a ADRITEM, que é a Associação de Desenvolvimento Regional Integrado das Terras de Santa Maria e que tem feito trabalhado em Gaia, no sentido de encontrar novos agricultores, para colocar hortas mais



Assembleia de Freguesia da Madalena

VILA NOVA DE GAIA

perto de casa. Como têm tido algumas pessoas que abordam o Executivo, nomeadamente nas reuniões públicas, no sentido de perceber se se podem comprar terrenos para fazer hortas biológicas, decidiu-se promover uma reunião, entre muitas, com potenciais agricultores da Freguesia e fora dela, sendo que a bolsa tem cerca de 300 agricultores disponíveis, e potenciais proprietários da Freguesia, que tivessem terrenos e que quisessem participar neste projeto, cedendo-os a título gratuito, para que possam ser agricultados por esta equipa. Mencionou, também, que o trabalho da Junta da Freguesia será o de preparar o terreno para ser agricultado. Mais informou que houve, de facto, um proprietário, a quem muito agradeceu e saudou pela colaboração e disponibilidade, que deu, de forma muito anónima, e sem pompa e circunstância, à Freguesia, um terreno, e que permitiu que o projeto avançasse. Adiantou, ainda, a sua convicção e a do proprietário, de que o desenvolvimento positivo do projeto iria estimular os proprietários vizinhos a juntarem-se à iniciativa, já que existem mais terrenos abandonados, que podem ser limpos, para poderem ser usados por esses agricultores, que o queiram fazer. Rematou dizendo que esta será uma realidade muito em breve e que vai dar essa função a oito jovens ou não jovens agricultores, para fazerem alguma agricultura de proximidade. ____

Terminada a intervenção de Miguel Almeida, foi dada a palavra a Ângela Moreira, da bancada da CDU, que se pronunciou sobre a Informação do Presidente, remetendo para o conteúdo do primeiro parágrafo, onde se diz e leu “que a avaliação dos trabalhadores da autarquia através do SIADAP, (...) contratou uma empresa especialista na área para assessorar a mesma, foram realizadas as entrevistas, avaliações e autoavaliações exigidas”, etc, A este propósito, questionou, na qualidade de alguém que também sabe o que é a avaliação SIADAP, como é que se põe uma empresa a avaliar pelo SIADAP, quando, nos primeiros três meses até março, os trabalhadores têm que dar os objetivos pessoais e os objetivos profissionais. Mais acrescentou que quem avalia, ou pelo menos o avaliador tem de estar em contacto com o trabalhador durante, pelo menos, 6 meses, pelo que lhe custa a entender como é que uma empresa o faz. Em relação à saúde, e no que concerne ao explanado no segundo parágrafo, a concretização de uma Comissão de Utentes da Unidade de Saúde Familiar da Madalena, questionou se já está a ser constituída, se já pensaram como vai ser, se a Assembleia vai ter essa informação, acrescentando que gostariam de ter dados para poderem falar com os utentes que a eles se têm dirigido e que manifestaram interesse em fazerem parte dessa comissão. Continuou



Assembleia de Freguesia da Madalena

VILA NOVA DE GAIA

referindo que o texto fala no Conselho Municipal do Ambiente, que a CDU também segue, para em seguir manifestar a sua preocupação face ao Conselho Municipal da Educação, apontando que, no referido Conselho, apenas uma Presidente de Junta, que identifica como sendo a de Canidelo, é que representa as freguesias, sendo que não há forças políticas lá representadas e não dispõem, igualmente, de informação deste conselho municipal, já que não existem atas. Neste contexto, perguntou se têm reunido ou não, se está tudo em ordem, já que se trata de uma área bastante preocupante e sobre a qual não têm nenhuma informação. Em relação às infraestruturas e ao património, referiu que o documento fala da remodelação da linha do Norte e da travessia para peões. Informou que foi, ela própria, com a sua mãe, que apresenta mobilidade reduzida, experimentar o percurso, como acha que deve fazer, não obstante considerar que a sua mãe não o fará de forma regular, e assegurou que a senhora não fez um terço do percurso. Quanto à rede de transportes UNIR, referiu que fez o trajeto entre Madalena e Canelas e demorou cerca de quase três horas e, quando foi levantar o carro, foi a pé e apenas demorou uma hora. Continuou salientando que o Monumento ao Combatente deveria especificar a que tipo de combatente se refere. Em seguida, apresentou uma questão referente à atividade que envolve a ADRITEM e que se prende com quem se pode candidatar e se já existe informação à população e como vai ser esta feita.

Terminada esta intervenção, foi dada a palavra a Eduardo Loureiro, da bancada do Unidos pela Madalena que esclareceu o âmbito e alcance da palavra “combatentes” em Portugal. Assim, explicou que, no nosso país, a origem da palavra, mercê do que restou e do que devemos aos mártires, aos quais no dia anterior se fez menção na celebração da Batalha de La Lys na Flandres, os combatentes, nomeadamente a Liga dos Combatentes, se denominava Liga dos Combatentes da Grande Guerra. Antes de continuar a sua explicação, salvaguardou que não estava ali para advogar em causa própria, até porque teve, recentemente, uma ligação a essa instituição que é governamental e depende do Ministério da Defesa. Retomou a sua elucidação, referindo que a partir da altura em que o contexto bélico mudou, o que aconteceu com a segunda Grande Guerra Mundial, a palavra foi simplificada, pelo que o termo se refere a todos os combatentes, e não a grupos avulsos de pessoas que se juntam. No seu entender, a utilização do termo deve fazer jus à nobreza que este assunto merece da parte de todos, pelo que a palavra é “combatente” e aplica-se a qualquer combatente que o tenha sido num determinado teatro de operações.

253



Assembleia de Freguesia da Madalena

VILA NOVA DE GAIA

Referiu que Portugal não entrou na segunda Grande Guerra, mas está noutros teatros de operações, de guerra iminente e, como portugueses e fundadores da NATO, defendeu que temos esse compromisso internacional, dando vários exemplos da presença de combatentes portugueses no mundo. Concluiu referindo que não o choco apoiar o Monumento ao Combatente, desde que não se acrescente mais nada ao termo, tendo, inclusivamente, salientado as várias homenagens feitas pela Madalena a essa dádiva, sem os catalogar. Reforçou que apenas existe um termo e este é combatente. _____

Foi dada a palavra a Miguel Almeida que se dirigiu à questão sobre a UNIR para dizer que esse aspeto está a ser trabalhado. Quanto ao Monumento ao Combatente, agradeceu a Eduardo Loureiro a ajuda prestada na forma de esclarecimento, que apresentou anteriormente. Quanto ao SIADAP, esclareceu que o verbo usado é “assessorar” e não avaliar, tendo acrescentado que, quando chegaram à Junta de Freguesia da Madalena, nunca se tinha feito SIADAP. Tratando-se de um processo muito complexo, e reconhecendo incapacidade para o fazer, contrataram alguém que os ajudasse a fazê-lo, em forma de assessoria. Reiterou que, se Ângela Moreira sabe o quão complexo o processo é, também saberá que, a mínima falha, poderá levar o funcionário dizer que já não quer e, portanto, reconhece não ter qualquer problema em recorrer a profissionais que possam ajudar a fazer como deve ser feito. Quanto à comissão de utentes, referiu que está dito que é o início dos trabalhos, sendo que o Presidente da Junta foi convidado, formalmente, pela Unidade de Saúde Familiar da Madalena e pela ADSE, que são as entidades a organizar essa situação, para fazer parte. Foi da opinião que talvez não vá existir um convite geral e público a toda a gente para participar, não obstante, considerou também que essas entidades saberão quem vão convidar, prevendo, que sejam pessoas que façam parte de várias instituições ou de várias associações da Freguesia e, obviamente, por natureza, quem vive na Madalena é utente. No que se refere à obra de remodelação da linha do Norte, explicou que a Junta tem participado em muitas áreas, e referiu alguns dos pedidos, que apelidou de pequenos, nomeadamente, o reforço de bancos, que foi negado, e, no âmbito das comemorações dos 50 anos do 25 de abril, a pintura de um mural, que está a ser analisado, ainda. Estes exemplos surgem como referência à persistência da Junta em relação àquilo que acha que deve pedir. No entanto, e no que se refere à passagem, eles até teriam feito o atravessamento mais curto, mas este seria mais inclinado e íngreme e, conseqüentemente, mais difícil para pessoas com mais



Assembleia de Freguesia da Madalena

VILA NOVA DE GAIA

Handwritten signature and initials in blue ink.

idade, pelo que não houve grandes hipóteses. Neste ponto, e em resposta a uma questão entretanto colocada sobre a colocação de elevadores, Miguel Almeida, convidou os presentes a irem ver o que se passa com os elevadores colocados noutras zonas, nomeadamente, na Granja e Coimbrões, onde vão constatar que estão todos partidos ou inoperacionais. _____

Quanto à ADRITEM, esclareceu que são eles quem faz a gestão do projeto e a bolsa de agricultores está lá patente. As pessoas podem-se inscrever lá e a Junta é a entidade dinamizadora, que se situa no meio, entre a ADRITEM, os agricultores e os proprietários, juntaram as pessoas e elas chegaram a acordo. _____

O Presidente da Assembleia agradeceu as explicações do Presidente do Executivo e, tendo constatado que era, exatamente, meia-noite, seguiu o regimento, solicitando autorização à Assembleia para prologar a sessão durante mais trinta minutos, de forma a poder-se concluir a Ordem de Trabalhos. Tendo obtido a anuência de todos, prosseguiu-se para o ponto quatro. _____

4. Segundo período de intervenção do público. _____

Neste ponto da ordem de trabalhos, e não havendo inscrição para intervenção do público passou-se à leitura da minuta da ata. _____

Não se tendo registado qualquer outra intervenção, foi votada e aprovada por unanimidade a minuta lida, e nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia, Jaime Filipe, agradeceu as intervenções, dando por encerrada a reunião, pelas 24 horas e 05 minutos, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada e devidamente arquivada.



Assembleia de Freguesia da Madalena

VILA NOVA DE GAIA

Esta ata contém (34) trinta e quatro páginas.

Madalena – Vila Nova de Gaia aos dez dias de abril de dois mil e vinte e quatro.

O Presidente da Mesa:

O Primeiro Secretário:

O Segundo Secretário: